

Dornelles e Sayad anunciando o "pacote": divergências são claras mas não levam à ruptura

Políticos preferiram a liberalidade

O pacote econômico do presidente Sarney delineou a correlação de forças entre as duas correntes ideológicas que se debatem dentro do Governo para controlar a política econômica.

Ficou claro que as posições do PMDB determinaram a alteração das metas fixadas inicialmente pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, em discurso no dia 8 de maio no Congresso.

O ministro do Planejamento, João Sayad, após o discurso de Dornelles, trabalhou rapidamente na confecção do IV Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e apresentou ao presidente Sarney, um mês depois, o esboço do projeto, que previa metas mais flexíveis a partir do próximo ano mas que passaram a ser trabalhadas para vigorar pelo menos a partir do segundo semestre deste ano.

Articulando-se intensamente com os políticos da Aliança Democrática, os dois ministros, nesses dois

últimos meses, procuraram vender o seu peixe. Dornelles almoçou até com os líderes do PT, aceitou sugestão de estudar a reivindicação dos trabalhadores de uma política de salário móvel interligado à inflação para não prejudicar os assalariados, defendeu o controle da inflação, mas ainda não levou esses estudos adiante.

O discurso de Dornelles assustou os políticos. Ele fez um retrato negro das finanças do Estado e pregou a necessidade de haver maior competição dentro da economia. Com as finanças em frangalhos o Estado, na sua opinião, não tinha mais condição de ser tão condescendente com o setor privado no sentido de continuar doando subsídios e favorecimentos, prática predominante durante a década de 70, mas que entrou em crise quando o déficit público atingiu 20 por cento do PIB e o FMI exigiu austeridade.

O ministro explorou politicamente o perfil negro do Estado exposto por Dornel-

les. Durante os 20 anos de governo militar o PMDB criticou todas as ações oficiais, menos uma, a da intervenção crescente do Estado como fator de dinamização da economia. As empresas estatais também foram poupadas pelo PMDB, salvo no sentido de que deveriam ser democratizadas a sua administração. Nunca foi criticada a monopolização de alguns setores como petróleo, aço e energia.

Sayad recusou insistentemente o aprofundamento do corte nas estatais na proporção reivindicada por Dornelles. Não adiantaria, na sua opinião, cortar fundos nos gastos se o déficit das estatais não se relaciona à incapacidade delas de produzir para cumprir os seus compromissos, mas sim ao excesso dos encargos das suas dívidas externas, contraídas para fechar os déficits do balanço de pagamentos.

A correlação de forças políticas favoreceu o ministro Sayad. Dos políticos

Dornelles não recebeu nenhum apoio para aprofundar os cortes. Ficou nítido que a base política do presidente Sarney deseja uma política econômica liberal.

Dornelles anunciou crescimento de 3 por cento do PIB — que jamais permitiria que se absorvesse a mão-de-obra que chega anualmente no mercado de trabalho — e inflação de 200 por cento. Do anúncio da austeridade de Dornelles ao anúncio do pacote da última quinta-feira novos fatos vieram ao ar e, o mais importante, foram votadas as eleições de novembro.

Em ano eleitoral, o discurso de Dornelles perdeu eco. Ganhou eco o de Sayad, que preparou o IV PND rapidamente e foi colocado como alternativa. Os políticos pegaram o bonde de Sayad. Afinal, as eleições municipais serão plebiscitárias e indicativo certo da correlação de forças que determinará quem influirá na Constituinte no próximo ano, objetivo central do Governo Sarney.